

O TERRITÓRIO EM DISPUTA: democracia e participação social

Heloísa Teles¹
Jahy Pronsato²
Amanda Borges³
Aluá Bassi⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo problematizar o desenvolvimento das políticas sociais nos territórios, contrapondo a isso a territorialização sob a égide do neoliberalismo, compreendendo que, como aspectos antagônicos (democratização e ampliação dos direitos, e neoliberalismo) não podem existir num mesmo território sem causar interferências significativas entre si. Posto tal problemática, busca-se problematizar aspectos decisivos para a superação de tal contradição a partir da perspectiva democrática e de direitos como responsabilidade e dever do Estado.

Palavras-chave: Políticas sociais; Território; Direitos sociais.

ABSTRACT

This paper aims to problematize social politics development on territories, contrasting it with the territorialization tendencies under the aegis of neoliberalism, understanding them as antagonistic aspects (democratization and social rights enlargement, and neoliberalism), they can't coexist in the same territory without substantially interfering with each other. In the face of such an issue, we seek to problematize decisive aspects for overcoming this contradiction from a democratic and social rights ensuring perspective as a responsibility and duty of the State.

Keywords: Social politics. Territory. Social rights.

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social (PUC-RS). Docente no Departamento de Serviço Social (DSS/UFSC). Coordenadora projeto de extensão Democratiza SUAS/DSS-UFSC. E-mail: heloisa.teles@ufsc.br

² Estudante do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estagiário no projeto de extensão Democratiza SUAS/DSS-UFSC. E-mail: jahyendi@gmail.com

³ Estudante do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de extensão no projeto Democratiza SUAS/DSS-UFSC. E-mail: borges.amanda@grad.ufsc.br

⁴ Estudante do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Extensionista voluntário no projeto de extensão Democratiza SUAS/DSS-UFSC. E-mail: lulifariabassi@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, as disputas econômicas têm seus fundamentos estabelecidos, em maior ou menor grau, na disputa pelo território, desde as guerras imperialistas até os conflitos estabelecidos dentro dos menores bairros, das menores cidades. Nesse território manifestam-se todas as contradições produzidas pelo modo de produção capitalista, desde as mais estruturais, até as superestruturais. Fato é que o espaço é condição necessária para apropriação privada, tão necessária à economia capitalista.

A partir dessa necessidade e ao longo dos anos de desenvolvimento do capitalismo, o processo de complexificação de suas estruturas, bem como da industrialização e consequentemente da urbanização, foi colocando as cidades no centro das contradições, tornando-se um espaço central na luta de classes. Enquanto uns a querem pelo seu valor de troca, outros a disputam pelo seu valor de uso. O capital, em cada uma de suas fases, molda as cidades conforme seus interesses, moldando, também, novas e diferentes contradições (MARICATO, 2013).

A disputa pelo território é, portanto, uma característica necessária do mundo capitalista. Disputado com atores e forças sociais diversas, em diferentes tempos históricos, com diferentes objetivos, mas sempre disputado. Neste embate, o Estado cumpre papel especial na luta entre as classes, respondendo aos interesses do capital de um lado, cedendo às reivindicações da classe trabalhadora por outro.

No Brasil, assim como no mundo, o Estado apresenta, nos diferentes momentos históricos, a faceta pública das necessidades privadas do capital (não sem disputa). Por vezes o faz de forma autoritária e totalitária, noutras sob o verniz democrático (OSÓRIO, 2019). Nesta seara, a luta de classes se apresenta principalmente na disputa pelos direitos sociais e democráticos, sendo possível identificar cada momento histórico a partir da ampliação e restrição desses direitos a partir das políticas públicas.

Porém, como veremos, não basta o direito estar garantido por meio das leis e decretos, é preciso que esteja materializado no cotidiano da sociedade, em cada

PROMOÇÃO



APOIO





território de cada bairro de cada cidade do país. É a partir disso que o presente artigo busca se debruçar, compreendendo os limites da territorialização como central para as políticas sociais desde a redemocratização em contraposição aos avanços do neoliberalismo, estes também territorializados à sua maneira.

2 A IRRECONCILIABILIDADE DA UNIÃO ESTÁVEL ENTRE DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO

É no processo de redemocratização, mais efetivamente na constituinte, que o debate a respeito do território e da territorialização das políticas públicas alcança a classe trabalhadora, a partir das necessidades de universalização e afirmação dos direitos humanos (PEREIRA, 2010).

Isso se dá pelo fato de que durante a ditadura militar no Brasil, a classe trabalhadora, movimentos sociais e partidos políticos com viés de esquerda foram duramente reprimidos pelo governo militar que havia sido instituído para representar as novas necessidades de reprodução do capital a nível mundial. Soma-se a isso as poucas ofertas de políticas públicas que mantiveram as características históricas da seletividade e focalização, deixando a massa da classe trabalhadora com pouco ou mesmo sem acesso às políticas públicas essenciais. Com o decorrer das décadas de 1960 e 1970, o projeto econômico instaurado pela ditadura militar foi se mostrando insustentável até que, nos anos 1980, tem-se o que se denomina década perdida no âmbito das lutas e conquistas dos(as) trabalhadores(as).

A política adotada pelos militares abriu de forma ampla as divisas do país, incentivando a entrada massiva de capital estrangeiro. O país se vê mergulhado numa dívida pública gigantesca, com índices de inflação altíssimos e grande número de desempregados. Tais condições fizeram com que a classe trabalhadora tivesse cada vez mais a sua insatisfação aumentada e, com o enfraquecimento do governo militar e as novas necessidades do capital internacional, colocavam o governo em xeque e forçando-o à abertura democrática (SANTOS, 1994).

PROMOÇÃO



APOIO



O que se vê neste período de abertura democrática é, portanto, uma grande mobilização e anseio por parte da classe trabalhadora por maior participação política para garantir o atendimento de suas reivindicações. Isso mobilizou uma grande parcela da população no processo da constituinte, onde puderam colocar o debate sobre os direitos humanos e sociais, que se refletiram na nova organização das políticas públicas e no controle social, dentre outras importantes vitórias. Entretanto, de forma diametralmente oposta, a redemocratização também contemplou os interesses do capital, visto a necessidade de superar a aparência autoritária e as novas necessidades para sua reprodução. Nesse contexto, “a oligarquia financeira, a grande burguesia urbana e rural, o latifúndio integrado a ela e os gestores dos interesses imperialistas” (NETTO, 2014, p. 244) abandonam os militares, tentando descolar os anos de ditadura a seus interesses. Como resultado registram-se concessões democráticas, forjando um ideário de participação ampliada da sociedade.

Durante esse período tivemos um processo de ampliação e acesso democrático que se expressou na criação de novos espaços públicos e maior participação da sociedade civil, como a criação dos conselhos gestores de políticas públicas e os orçamentos participativos de um lado. De outro lado, a partir da eleição de Collor em 1989, o avanço do neoliberalismo, aprofundou a desresponsabilização do Estado frente ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora, bem como inviabilizou a participação social de forma ampla, pelo menos em relação ao que estava indicado na CF/1988.

Nessa linha, se a constituição desses espaços representa um avanço das lutas sociais fruto das décadas anteriores, a isenção cada vez maior do Estado da garantia dos direitos sociais e a transferência dessa responsabilidade para o setor privado da sociedade civil coloca um obstáculo importante ao avanço da jovem democracia brasileira.

Esse antagonismo entre a ampliação da atuação do Estado nas políticas sociais e a necessidade neoliberal de garantir um Estado mínimo se apresenta em



diferentes esferas, mas vai se materializar, necessariamente, nos diferentes territórios do espaço social. O projeto político progressista e o projeto econômico neoliberal coexistem, apesar das contradições inalienáveis que os constituem. Os reflexos dessa dinâmica contraditória entre neoliberalismo e ampliação democrática e participativa se manifestam nos profissionais e usuários das políticas públicas, que vivem e trabalham justamente nos territórios.

No contexto das proposições democráticas, os conselhos representam, no campo das políticas sociais, a concretude dos princípios da descentralização e da democratização como resposta à centralização antes imposta pelo governo ditatorial, o que cria a possibilidade de um debate mais aberto com a sociedade civil. Esse movimento inscreve o território como dimensão essencial para concretização da democracia. Os conselhos não apenas tem capacidade de construção das políticas sociais a partir da realidade material de cada território, garantindo as especificidades dos mesmos, como também de sua aplicação vinculada a cada território a partir de suas demandas específicas.

O debate ainda se complexifica quando entende-se que as políticas sociais têm grande importância na reprodução das relações capitalistas na medida em que cumprem o papel contraditório de dominação ideopolítica e transferência de parte do fundo público para o capital. Por outro lado, também expressa a luta da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida. Carrega, portanto, o conflito entre a manutenção da acumulação de capital e o avanço da luta de classes no país (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2010).

Dito isso, para que possamos continuar com o debate de forma mais apropriada, faz-se necessário uma pausa no raciocínio para debatermos melhor a categoria do território.

3 INTERMITÊNCIA: A REPRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Todo modo de produção, seja ele capitalista ou não, precisa, necessariamente, de um espaço para reprodução de suas relações de produção e,



consequentemente, suas relações sociais. Neste espaço, que pode-se denominar espaço social, há produção e reprodução da vida social pautada na sua organização econômica. Com isso, desenvolvem-se ali, relações específicas, necessidades diversas e reflexos das contradições de sua economia. Como coloca Lefebvre (2008), o espaço social engloba todas as coisas produzidas e compreende todas as relações sociais em suas interações interdependentes. Ele é uma síntese de determinações que caracterizam o modo de produção.

O espaço resulta do trabalho e da divisão do trabalho [...] ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, “funcional”. (LEFEBVRE, 2008, p.44)

No modo de produção capitalista, o espaço social se produz e reproduz como resultado da contradição capital *versus* trabalho, colocando a luta de classes como motor do seu desenvolvimento. Toda a complexidade estrutural do capital insere neste espaço diversas outras contradições, manifestadas na forma das ideologias, formas jurídicas e legitimadas pela institucionalidade do Estado.

É no espaço social que a expropriação da mais valia é possível. Para mascarar a realidade exploradora desse espaço, ele precisa ser um espaço alienado.

No lugar de revelar as relações sociais implicadas nos espaços (aí incluídas nas relações de classe), no lugar de se voltar para a produção do espaço e para as relações inerentes a essa produção (que introduzem nela contradições específicas, retomando a contradição entre propriedade privada dos meios de produção e o caráter social das forças produtivas), cai-se na armadilha do espaço “em si” e como tal: da espacialidade, do fetichismo do espaço. Como anteriormente nas armadilhas da troca, do fetichismo da mercadoria e da “coisa” considerada isoladamente, tomada “em si”. (LEFEBVRE, 2000, pág. 134)

Assim, a cidade como fruto da concentração social e geográfica do produto excedente (HARVEY, 2012) e organizada pelas relações de produção capitalista, torna-se ela mesma produto fetichizado do capital. Perde-se, com isso, a noção de que este espaço é um espaço vivido, forjado pelo modo de produção desde a

primeira feira até o último monumento religioso, construído por uma classe e apropriado por outra.

Para Fernandes (2009), o território quando é compreendido apenas como espaço de governança, ou seja, quando compreendido de forma homogênea, cumpre o papel de ocultamento dos diversos territórios existentes, o que garante a exploração e a manutenção das relações de poder entre territórios dominados e dominantes¹. É o território compreendido por suas características e determinações específicas que garante a compreensão das diversidades, das disputas territoriais e das relações sociais. Isso demonstra, mais uma vez, a importância de se compreender a categoria de território a partir de suas múltiplas dimensões e determinações, originada na diversidade própria da sociedade, garantindo relações sociais de produção e reprodução variadas em cada região. Na mesma direção Milton Santos ensina que o território em si não é um conceito, ele está atravessado sob o aspecto do seu uso, influenciado pelas relações e atores sociais que dele o utilizam (SANTOS, 2000).

Assim, a categoria do território ganha potência como possibilidade de desalienação do espaço social. A cidade não é mais um todo único fetichizado, com necessidades e conflitos homogêneos, mas um conjunto de territórios que compõem e estruturam as relações de produção capitalista. Se a cidade se apresenta enquanto alienação, o território se apresenta enquanto possibilidade de descobrir o véu que mascara as relações sociais. Isso serve também à forma como o Estado, nos diferentes governos, é posto a ver a totalidade de seu território, se de forma alienada ou não. Essa é justamente a raiz epistemológica da luta travada durante o processo de redemocratização pela territorialização das políticas sociais no país. Reafirmando Ermínia Maricato, cidade é luta de classes (MARICATO, 2013).

A cidade, como um grande território com muitos territórios (o centro comercial, o centro histórico, a periferia, a região aburguesada) compreende diferentes dinâmicas e vivências, com suas relações sociais específicas, pois se constitui como uma síntese de múltiplas determinações. Em cada território, as



necessidades dos direitos sociais como água, saneamento, educação, saúde, moradia, transporte etc, se manifestam de formas diferentes. O que se repete é que, mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, tais questões ainda permanecem como centrais na luta da classe trabalhadora, uma vez que a cidadania segue constituindo-se como um fetiche. O território é, portanto, o elo mais importante da corrente para se compreender as especificidades de cada região, bem como para dimensionar os desafios concretos que as políticas sociais precisam abarcar.

Segundo Koga (2003) o território é o chão concreto das políticas públicas, a raiz da vida coletiva. Neste chão está presente a manifestação da cidadania, a vida cotidiana na sua mais pura essência, onde manifestam-se todas as desigualdades existentes.

É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. (KOGA, 2003, p.33).

Assim, a categoria do território ganha sua importância a partir de ambas as perspectivas, tanto a reprodução do capital, quanto a perspectiva democratizante das políticas sociais. De um lado por ser a matriz da produção e reprodução do capital, do outro por apresentar as especificidades e as manifestações da Questão Social que as políticas sociais atuam sobre.

4 O TERRITÓRIO EM DISPUTA

Voltemos, portanto, ao central. Falávamos do antagonismo que a Constituição apresentou: de um lado as reivindicações populares, de outro, os interesses da classe dominante. Tal contradição vai ganhar direção com os governos seguintes, desde Collor, passando por FHC, Temer, chegando a Bolsonaro, que colocou a política neoliberal em sua máxima potência a partir de um governo fascista. Fato é que, mesmo durante governos mais progressistas, como de



Lula e Dilma, as políticas neoliberais seguiram sendo hegemônicas. Nesse sentido, Pereira afirma que,

Em contraposição à proposta constitucional de universalização de direitos, as políticas sociais de corte neoliberal, financiadas por organizações multilaterais, em especial após as medidas de ajuste fiscal imposta aos - denominados - “países em desenvolvimento”, já operavam com princípios de territorialização dos investimentos. A partir de investimentos mínimos e focalizados do Estado, visavam assegurar o enfrentamento da pobreza com foco nas populações “pobres”. (2010, pág. 191)

Hoje o neoliberalismo se manifesta em cada conselho gestor, em cada posto de saúde de bairro precarizado, em cada instituição privada e não governamental, em cada setor do trabalho informal, em políticas públicas sem orçamento para a ponta do trabalho, no Arcabouço Fiscal do novo governo Lula, na precarização dos serviços públicos, entre outros.

Nesse cenário, a utilização do território é característica central para a implantação de políticas públicas ou privadas, seja na cidade ou no campo, realizadas pelos governos, movimentos sociais ou mesmo empresas. É justamente a implantação de tais políticas que delimita o caminho dos modelos de desenvolvimento que acabam por impactar diretamente os espaços socioterritoriais. Os conflitos socioeconômicos são resultado inevitável (FERNANDES, 2009). Outro resultado refere-se às estratégias para oferta dos direitos sociais via políticas sociais fragmentadas, focalizadas e seletivas, que não consideram as necessidades reais e concretas da classe trabalhadora.

Essa focalização das ações organizadas a partir de financiamento privado coloca-se no lado oposto daquilo proposto pela constituição, que visa a criação de sistemas nacionais para o financiamento e a organização das políticas públicas com vistas à universalização dos direitos. A lógica preponderante das políticas sociais responde às necessidades do capital internacional (PEREIRA, 2010).

Expressa essa assertiva a constatação do número de entidades privadas que estão responsáveis pela prestação de serviço no campo da assistência social. Ademais, registra-se a presença crescente nos próprios espaços de controle social.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Cabe registrar que essa participação volumosa das entidades assistenciais compõe a história da assistência sendo que, diferente da política de saúde, elas foram as pioneiras na constituição da assistência social em nosso país. A responsabilização do Estado se deu tardiamente, tendo sido oficializado apenas a partir da Constituição de 1988.

O que se vê nos territórios é, portanto, um avanço das instituições privadas cumprindo o papel que deveria ser do Estado, expressando, com isso, a política neoliberal de transferência da responsabilidade do Estado com relação aos direitos sociais, bem como a estruturação de um Estado cada vez menor para a classe trabalhadora e maior para as empresas que financiam seu aparato governamental, servindo ao capital internacional como quer que o sirva.

É importante mencionar que para além das instituições e organizações sociais organizadas nos territórios, sendo financiadas pelo Estado a partir de uma série de regulamentos e leis que estruturam a vinculação dessas instituições ao orçamento municipal, estadual e mesmo federal, existe o outro lado, que se coloca no campo da macropolítica e macroeconomia.

As decisões políticas promovidas pelos governos de caráter neoliberal ou mesmo social democrata, que para manter a governabilidade apertam as mãos de Deus e o Diabo, como a manutenção de Emendas Constitucionais tal qual o antigo Teto de Gastos, hoje estabelecido como Arcabouço Fiscal, a manutenção da DRU, a própria burocratização que não permite a movimentação do dinheiro destinado aos investimentos sociais, entre tantas outras formas de destinar o dinheiro que deveria ser das políticas sociais para os grandes bancos internacionais através do pagamento de juros e amortizações da dívida pública, são reflexos da política neoliberal que afetam diretamente na estruturação e manutenção da gestão democrática e da aplicação de tais políticas na ponta do trabalho, ou seja, nos territórios.

A contradição, e consequente disputa de classes no processo de ocupação e movimento nos territórios se evidencia materialmente. Não à toa as gestões

PROMOÇÃO



APOIO



municipais brasileiras historicamente “modernizam” seus centros históricos, realocando a população empobrecida e negra para as regiões metropolitanas, que coincidentemente estão mais longe de serviços de saúde e previdência, por exemplo; ao mesmo tempo em que a concessão da gestão dos transporte público a consórcios privados garante uma mobilidade urbana insuficiente, cara e precária (MARICATO, 2015), cimentando a distância espacial do acesso.

Vale aqui indicar que o próprio processo de consolidação e continuidade da periferização está diretamente vinculado à questão racial. Não existe forma de pensar a gestão pública brasileira sem considerar que classe, no Brasil, é também raça. A formação política nacional é violenta, voltada a manutenção das elites, privatista do espaço público e patrimonialista; tendências diretamente vinculadas à fundação escravista do Brasil colonial. Mais que isso, a vinculação do morador da periferia à narrativa do crime não só criminaliza e gera explicações que garantem a continuidade da segregação de toda a população negra empobrecida, mas também organiza “a paisagem urbana e o espaço público” (CALDEIRA, 2000, p. 27).

Tendo isso estabelecido em nossa análise, se combinarmos a precariedade dos espaços físicos dos aparelhos das políticas de seguridade social — sempre sendo realocados, deixados sem prédio próprio, tardando anos em reformas que quase não se efetivam — à sobrecarga de atendimentos e à distância para locomoção da população, temos como resultado a violação direta dos direitos da população.

Podemos ainda sinalizar a dinâmica que centraliza serviços especializados nas maiores cidades, mas ignora a distribuição das cidades-dormitório ao seu redor, que concentra trabalhadores com menor renda que movem os centros urbanos e o setor de serviços, mas não moram onde trabalham.

Se existe uma disputa na ocupação e uso da moradia, no saneamento, na mobilidade, no lazer e nas áreas verdes, na circulação e ocupação das áreas centrais dos centros urbanos, essa disputa também se evidencia na alocação das políticas sociais nos territórios.

Ao mesmo tempo, existe uma expressiva presença de organizações da sociedade civil nas regiões metropolitanas e periféricas, vinculadas a uma variedade de perspectivas, desde o voluntariado beneficente cristão até concepções mais críticas coordenadas por movimentos sociais. Essas organizações absorvem, como já dito, a demanda não atendida pelo poder público e ocupam, ao mesmo tempo, o espaço político desses territórios; ora, se a grande maioria dos serviços de convivência oferecidos no seu bairro são conduzidos por uma entidade religiosa específica, a concepção daquela entidade acerca do acesso ao direito da convivência e fortalecimento de vínculos será a organicidade do serviço naquele território. Da mesma forma, a ausência, escassez ou falta de capilaridade dos equipamentos das políticas públicas nesses mesmos territórios enfraquece a efetivação dos direitos sociais de forma plena.

Pode-se ainda indicar a forma escancarada de disputa do espaço que rege a questão das ocupações urbanas: de forma semelhante ao processo de metropolização e empobrecimento das periferias, o capital e seu Estado possuem formas de veicular a pauta do não cumprimento da função social da propriedade de forma a que o crescimento exorbitante da especulação imobiliária não se prejudique. A população que ocupar prédios em áreas enriquecidas ou estratégias do mercado imobiliário será frequentemente realocada para as periferias.

Cabe lembrar que não existem espaços vazios e que, no antagonismo existente entre o neoliberalismo e a democratização das políticas sociais a partir da responsabilidade do Estado, o campo de batalha é o território.

5 CONCLUSÃO

Dito isso, cabe a reflexão final a respeito dos desafios necessários para a superação do antagonismo entre as necessidades e movimento concreto do território e os espaços institucionalizados que tem garantido a reprodução do capitalismo. Da forma como a realidade se apresenta, três são os desafios que demandam reflexão: o primeiro refere-se às condições reais e concretas para tornar

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

o território elemento central das políticas sociais no país; o segundo se trata do aprofundamento da reificação fomentada pelo neoliberalismo que avança não apenas sobre os usuários, mas também sob os profissionais; e por fim, a terceira diz respeito à necessidade de serem traçadas táticas que garantam orçamento necessário às políticas sociais. Debrucemo-nos, então, sobre cada um deles.

Apesar de reconhecer de forma distinta, cabe apreender que os desafios citados compõem uma unidade que se expressa concretamente na realidade social a partir de diferentes formas. O esvaziamento da luta política organizada por parte dos trabalhadores das políticas sociais, as dificuldades para atuação profissional comprometida com a perspectiva crítica e aproximada com a população e seu território; a intensificação da precarização dos serviços públicos e/ou inexistência da sua oferta; a mercantilização crescente dos direitos sociais são apenas alguns dos exemplos da materialização desta tríade. O deciframento desse movimento torna-se pressuposto para pensar estratégias que façam frente à lógica predatória da reprodução do capital que toma o território, exclusivamente, como mercadoria.

Por fim, destacamos a potencialidade que tem o território, como palco principal do desenvolvimento da luta de classes e da conjunção das forças de uma atuação comprometida com os direitos e a luta dos trabalhadores. É a partir desse palco que o roteiro se desenvolve, mas é também nele que os atores têm a possibilidade de improvisação. Se as contradições da questão social se manifestam nesse espaço, as respostas para o seu enfrentamento estão também nele; lembremos, a realidade não se coloca problemas em que sua solução já não exista ou esteja em vias de existir. Essa relação dialética coloca o território como um espaço onde se estabelece uma miríade de possibilidades formativas, participativas e democráticas. A atuação profissional passa, portanto, pelo estabelecimento de relações mútuas para com o território e a comunidade que nele vive, apreendendo suas determinações e estabelecendo as mediações necessárias para uma atuação crítica e qualificada.

PROMOÇÃO



APOIO



REFERÊNCIAS

BUVINICH, D. P. R. (2014). O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. **Revista De Administração Pública**, 48 (1), 55 a 82. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/16047>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34: Edusp, 2000.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Vol. 3, n. 5, 139-164, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. *In*: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverio. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, 29, 73–89, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18497>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades – entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos) 2000. Primeira versão: fev.2006.

_____. **Espaço e Política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Cidades e luta de classes no Brasil. **Classes? Que classes?: ciclo de debates sobre classes sociais**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung; Fundação Perseu Abramo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1085)**. São Paulo: Cortez, 2014.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho. **Revista Katálisis**, v. 13, p. 191-200, 2010.

SANTOS, Milton et al. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001245902>. Acesso em: 22 jun. 2023.

THEOTÔNIO, Santos dos. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

¹ Esse debate perpassa a categoria do imperialismo, crucial para compreensão da dinâmica desigual capitalista. No entanto, por não se constituir como objeto deste artigo e, pelo limite de páginas, fez-se a opção em não aprofundar a reflexão.

PROMOÇÃO



APOIO

